

Inter Mirifica: O Divisor de Água na relação da Igreja Católica com os Meios de Comunicação Social¹

Paulo Afonso TAVARES²
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

O documento do Concílio Vaticano II, Inter Mirifica, Entre Maravilhas é o grande divisor de água dentro da Igreja Católica, com relação aos meios de comunicação social, pois é a partir deste Concílio, que a Igreja definitivamente olhará os dispositivos comunicacionais, não mais como inimigos, que devem ser combatidos, mas pelo o contrário, eles se tornarão aliados na evangelização e no diálogo com a sociedade secularizada na contemporaneidade. A Igreja concede aos seus fieis o direito á informação, à escolha livre e pessoal, em vez de censura e da proibição.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; igreja católica; inter mirifica; concílio vaticano 2.

TEXTO DO TRABALHO

No dia 25 de janeiro de 1959, o Papa João XXIII anunciava, por meio da Constituição Humanae Salutis, a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Dois anos após ter sido anunciando, iniciou-se o Concílio, em 11 de outubro de 1962, com a participação de 2.500 padres conciliares, entre os quais se encontravam bispos, prelados e superiores gerais de congregações religiosas. Os trabalhos realizaram-se em quatro etapas, estendendo-se até 8 de dezembro de 1965, quando foram solenemente encerrados pelo Papa Paulo VI, uma vez que João XXIII havia falecido entre o primeiro e o segundo período dos trabalhos conciliares.

Foram promulgados 16 documentos conciliares, entre os quais nove decretos, um deles o Inter Mirifica – publicado em 4 de dezembro de 1963 -, que se ocupa dos meios de comunicação social, de sua importância na vida moderna e dos direitos, perante eles, dos fieis e pastores.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Mestrando em Ciências da Religião (Bolsista Fapeg) e Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Licenciando em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás. E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com.

O Decreto, embora de pequena extensão, apenas 24 parágrafos, trata, entre outras questões, da relação entre comunicação e ordem moral, e entre a Igreja e os meios de comunicação, indica normas para o seu uso, ocupa-se com a formação de uma consciência reta sobre informação, justiça e caridade no desenvolvimento da opinião pública e com os deveres dos usuários dos meios de comunicação, dos produtores e autores e das autoridades civis.

Portanto para uma melhor compreensão do Decreto conciliar Inter Mirifica, faz-se necessário descrever o relacionamento histórico da Igreja Católica com os meios de comunicação de massa, dito de amor e ódio, que dividiremos em cinco grandes períodos desde a invenção da imprensa de Gutenberg até os dias atuais. Também analisaremos o contexto da convocação do Concílio ecumênico Vaticano II, e como se desenvolve o Inter Mirifica dentro desse Concílio e a importância desse Decreto para a Igreja e Sociedade.

1. Comunicação Eclesial

Para compreendermos o Decreto conciliar Inter Mirifica, precisamos saber como é a reação histórica da Igreja Católica com os meios de comunicação de massa, dito de amor e ódio. De acordo com Puntel (2012), os 1.500 anos que separam os primórdios da Igreja da era de Gutenberg, foram produzidos 87 documentos oficiais, visando ditar normas para imperadores, reis, bispos e fiéis, a fim de orientá-los de como se posicionar a frente aos escritos, livros e teatros.

É importante salientar que nesse período a Igreja também produziu textos e livros, ocupando-se da difusão, em latim, da Bíblia, também do pensamento de grandes doutores dos primeiros séculos, chamada a época de Patrística. Copiando e preservando para a posterioridade nas “bibliotecas” dos conventos e universidades numerosos clássicos da literatura greco-romana. A Igreja também esteve atenta quanto à publicação de livros que considerava heréticos, condenando ao fogo, de preferência em lugares públicos.

A atenção da Igreja volta-se para os meios de comunicação impressos, depois da invenção da prensa por Gutenberg. Temos cinco grandes momentos do relacionamento da Igreja com a comunicação.

1.1. Primeiro Período (1450-1879)

Esse período caracterizado por um comportamento da Igreja orientado para o exercício da censura e da repressão. Período extenso e intenso projetado através da

Inquisição. Nesta fase, a Igreja é a intermediária entre a produção do saber (não somente o teológico) e a sua difusão na sociedade.

Decorridos apenas trinta anos depois da impressão do primeiro livro – a Bíblia –, o Papa Inocêncio VIII publica o *Inter Multiplices*, no qual define o pensamento da Igreja sobre os meios de comunicação escritos e como abordá-los. O Papa estava preocupado com a vida espiritual dos católicos e via no advento da imprensa uma nova tecnologia que poderia ameaçar o controle eclesiástico da produção cultural de seu tempo. Foi também neste período que a Igreja estabeleceu um rigoroso controle, examinando os livros suspeitos de heresias (oposição aos ensinamentos da Igreja). A Inquisição – nome do tribunal eclesiástico encarregado de punir todas as pessoas consideradas culpadas de ofensas contra a ortodoxia católica – tinha o direito de proibir os livros que julgasse perniciosos. As pessoas que se recusassem a mudar suas crenças eram condenadas a morrer na fogueira. Livros suspeitos eram também queimados. Em 1559, o Papa Paulo IV publica um *Index* de autores e de livros que não podiam ser editados nem lidos. Este *Index* foi aprovado por Pio IV, confirmado pelo Concílio de Trento e somente suspenso em 1966, pelo Papa Paulo VI.

Em 1766 o Papa Clemente XIII, referindo-se ao perigo das obras impressas de cunho anticristão, escreveu a encíclica *Christiane Reipublicae*, na qual essas obras eram condenadas e também eram reafirmados os deveres dos bispos em combater a literatura imoral.

1.2. Segundo Período (1879-1957)

O segundo período inicia com Leão XIII, o Papa da encíclica *Rerum Novarum*, primeiro documento de doutrina social da Igreja, as coisas começam a mudar. Mesmo com a permanência da mentalidade da condenação de livros tidos como abusivos ou nocivos a fé e a doutrina, chega-se a ideia da “boa imprensa” criada para combater a outra, a “má imprensa”.

Leão XIII teve uma atitude inédita quando, em 1879, meses depois de eleito, concedeu a primeira entrevista coletiva de um Papa a jornalistas profissionais. Foi feita em latim e consistiu num discurso do Papa, sem perguntas dos jornalistas.

Conforme Puntel (2008), mesmo o Papa Leão XIII mantendo o padrão dos seus predecessores quanto aos ensinamentos, ele avançou na busca de um diálogo. Mais o que mais caracteriza Leão XIII foi sua abordagem, que ia além das lamentações oficiais do

passado. Enfatizando que era necessário opor “escrito a escrito”, “publicação a publicação”, e falou muitas vezes dessa postura aos bispos de diferentes regiões.

Desta forma a Igreja começa a proclamar a fé cristã através dos meios ao seu dispor, como vias alternativas para difundir sua missão. A postura eclesial era a de usar as tecnologias dos meios de comunicação como um “campo de batalha”. A Igreja pensou do seguinte modo, se a sociedade estava utilizando os meios de comunicação social para difundir o mal, então a Igreja também deveria usar esses mesmos recursos para difundir a boa mensagem, de modo a combater esse mal.

Durante o pontificado do Papa Pio X, que vai de 1903 até 1914, a posição da Igreja com os meios de comunicação de massa sofre certo retrocesso, expressando uma visão mais conservadora da imprensa nas suas duas encíclicas, *Pieni D’ Animo* (1906) e *Pascendi* (1907).

A encíclica *Pieni D’ Animo*, proíbe os seminaristas de lerem jornais e relembra aos sacerdotes que não deveriam escrever para revistas ou jornais sem licença, mesmo tratando-se de material puramente técnico. Querendo precaver-se contra ideias modernistas, como o evolucionismo e positivismo, Pio X introduz o imprimatur e o nihil obstat. Em outras palavras, cada diocese deveria montar um departamento de censura para avaliar e aprovar os trabalhos a serem publicados.

A Igreja teve sérias dificuldades de reconhecer os valores positivos dos meios de comunicação e em perceber suas potencialidades para atuar como instrumentos na defesa da dignidade dos seres humanos.

De qualquer maneira, apesar de sua forte atitude negativa, a Igreja começou, lenta e gradualmente, a perceber a utilidade dos meios eletrônicos de comunicação na difusão de suas mensagens e a servir-se deles. Durante o período de 1878 a 1939, a Igreja mostrou alguma flexibilidade em relação a imprensa e às novas tecnologias de comunicação, particularmente ao cinema e ao rádio, mas ainda se movia com cautela.

A evolução do cinema no início do século XX impressionou Pio XI, que se tornou pessoalmente interessado na recente invenção, criando em 1928 a Organização Católica Internacional para o Cinema (OCIC). Sua encíclica *Vigilanti Cura* (1936) menciona o poder e o potencial do cinema como tecnologia de comunicação, mas parece mais interessada no impacto psicológico e moral que ele poderia ter sobre os indivíduos e a sociedade. Realmente, alguns progressos já tinham sido alcançados em relação à atitude defensiva da

Igreja, mas não havia ainda confiança plena no novo meio, nem mesmo uma tentativa de abordá-lo de maneira diferente e mais positiva.

Com o passar dos anos houve muitas discussões para mudar as opiniões e parecer da Igreja sobre os meios de comunicação, considerados simplesmente meios de difusão de mensagens negativas consideradas “do mal”.

Foi somente com o Papa Pio XII (1939-1958) que a Igreja aprofundou e ampliou suas reflexões sobre as relações sociais dentro de uma sociedade democrática e sobre o papel da informação na constituição da opinião. O tema da opinião pública foi abordada em muitas palestras de Pio XII aos profissionais da comunicação.

O Papa Pio XII acreditando na influência dos meios de comunicação de massa e de seu grande potencial, escreveu a proeminente encíclica *Miranda Prorsus* em 1957, sobre comunicação, destacando o cinema, o rádio e a televisão. O interesse da Igreja pelo cinema foi demonstrado durante o pontificado de Pio XII, houve 46 diferentes intervenções sobre o cinema, que mostravam o interesse crescente da Igreja pelo papel das ciências sociais, especialmente a sociologia e a psicologia, na interpretação dos fenômenos cinematográficos.

1.3. Terceiro Período (1957-1980)

O terceiro período se inicia como uma fase fértil para a Igreja na aceitação e utilização dos meios de comunicação de massa, essa mudança acontece, a partir da renovação da Igreja no Concílio do Vaticano II (1962-1965), conforme aprofundaremos mais adiante. São Papas nesse período, João XXIII (1958-1963), Paulo VI (1963-1978), João Paulo I, cujo papado foi de 33 dias, João Paulo II. (1978-2005). No Concílio Vaticano II foi produzido o documento conciliar, *Inter Mirifica*, de 4 de dezembro de 1963, que é o nosso objeto de estudo.

Neste terceiro período, o imperativo para a Igreja era acertar o passo e adaptar-se ao mundo contemporâneo. Apresenta-se a necessidade imperiosa de renovação emergida do Vaticano II. Já no campo da comunicação, dá-se uma mudança brusca de rota, e desponta um deslumbramento ingênuo. A Igreja assume a postura de que é preciso evangelizar utilizando os modernos meios de comunicação. Admite que a tecnologia da reprodução eletrônica possa ampliar a penetração da mensagem eclesial. Aderindo os meios de comunicação para evangelizar.

1.4. Quarto Período (1980-1990)

A característica desse período no campo da comunicação eclesial é o da “Igreja Eletrônica”. A utilização dos dispositivos eletrônicos televisivos na evangelização, centrada na espetacularização da fé, sendo que esse fenômeno surgiu nos Estados Unidos, através das igrejas pentecostais, na década de 50, chegando logo em seguida ao Brasil, sendo aderidas pelas as igrejas Universal, Mundial e outras neopentecostais. Mais tarde a Renovação Católica uma vertente do catolicismo adere a esse fenômeno no Brasil.

Há condicionamentos de cunho sociopolítico, econômico e cultural para explicar o desenvolvimento desse fenômeno. Para a compreensão da relação da Igreja com os meios de comunicação de massa, não tem como não conhecer esse fenômeno, seu alcance, seus métodos e suas conseqüências.

Já no âmbito mundial da comunicação eclesial, o Papa João Paulo II publica a encíclica *Redemptoris Missio*, em 7 de dezembro de 1990, aparecendo pela primeira vez na reflexão eclesial, não só a questão dos meios de comunicação mas a da cultura midiática. Nesse documento o Papa João Paulo II afirma:

O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações, [...]. Os meios de comunicação social alcançaram tamanha importância que são para muitos o principal instrumento de informação e formação, de guia e inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais. Principalmente as novas gerações crescem num mundo condicionado pelos mass-média. [...] O uso dos mass-média, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta “nova cultura”, criada pelas modernas comunicações. (*Redemptoris Missio*, n.37).

1.5. Quinto Período (1990-dias atuais)

É o período de grande reviravolta da reflexão do Magistério eclesial em relação ao mundo da comunicação. É a época das novas mídias, das redes sociais, da internet, dos discursos sobre o papel da comunicação para a evangelização.

Nesse período pode perceber que na história dos documentos e pronunciamentos do Magistério da Igreja, em relação aos meios de comunicação de massa, ocorreu uma significativa evolução positiva. No que diz a respeito a novas mídias, a Igreja começa a expressar-se com mais clareza a respeito do impacto que elas têm na construção social, tanto que a Igreja passa a refletir sobre a comunicação não mais de forma restrita ou

somente como “meios” ou “instrumentos” a serem usados ou dos quais devemos nos precaver. A Igreja passa a referir-se a eles como “um ambiente midiático”, no qual estamos imersos e do qual participamos.

Neste ambiente imerge a sociedade contemporânea, no espaço midiático, virtualizado. O tempo real desaparece. Centralizada na nova cultura humana, está o desejo, a subjetividade e as emoções. Dessa ambiência midiática nasce uma nova cultura, a cultura midiática, pois a comunicação se apresenta progressivamente como elemento articulador da sociedade. Para a Igreja, essa ambiência traz desafios que ultrapassam o “uso” da tecnologia e tocam a esfera da cultura e da questão ética.

A Igreja entende que a cultura midiática e evangelização são duas realidades conciliadoras, portanto ver esse novo período com otimismo e esperança.

2. Concílio Vaticano II

Como já vimos, no terceiro período da história da comunicação eclesial, percebemos que a relação de censura e distanciamento da Igreja com os meios de comunicação sofre uma ruptura, graças ao Concílio Vaticano II, que produz o documento conciliar *Inter Mirifica*, que vê os meios de comunicação com bons olhos, apropriando-se deles para a evangelização. Nesse sentido faz-se necessário contextualizar o ambiente eclesial e mundial em que aconteceu esse Concílio.

O século XX, com suas inovações tecnológicas e científicas, chegara e se consolidava. A Igreja, porém, mantinha-se distante das suas inovações científicas tecnológicas, sociais e ideológicas presente nesse século de contradições e em acelerada transformações.

Mas essa situação chegará ao fim, em 1958, com a morte do Papa Pio XII, que governou a Igreja por 19 anos, o Colégio de Cardeais pensando num pontificado de transição elege um papa de idade avançada para na tranquilidade fazer a transição de pontífices. Assim no dia 28 de outubro daquele mesmo ano, foi eleito Papa o cardeal Angelo Giuseppe Roncalli de 77 anos, escolhendo o nome de João XXIII. Surpreendendo a todos, a eleição desse Papa abre expectativas de um novo tempo para os católicos e para a Igreja e sociedade.

João XXIII muda a imagem do pontífice romano e apresenta-se ao mundo como um homem de mentalidade aberta e muito popular. Um Papa perto do povo.

Com um efeito bombástico, apenas 3 meses após sua eleição, João XXIII convoca, sem o conhecimento de nenhuma das congregações da Cúria Romana, um Concílio para adequação da Igreja Católica ao tempo histórico em que vivia.

Surpreendentemente, pela primeira vez a Igreja convoca um Concílio que não trataria de sua própria defesa ou da condenação de alguma heresia, mas um Concílio que a Igreja olhasse para si mesma a partir da realidade dos tempos modernos. A única preocupação do Concílio deveria a de colocar a Igreja de acordo com o tempo em que se encontrava.

O início do Concílio em novembro de 1962, coincidiu com a crise dos mísseis de Cuba, envolvendo os blocos capitalista e comunista. João XXIII, contrariando a prática política anterior ao seu pontificado, não se posicionou em apoio nenhum dos blocos. O Vaticano apoiava, durante os conflitos, o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos. A postura de João XXIII é rezar pela paz e exortar os dirigentes dos dois blocos ao diálogo em prol da paz. Agindo assim João XXIII não se pronunciava com um discurso de condenação ao comunismo, que começara seu processo de modernização desde 1956 com desestabilização do regime soviético.

João XXIII iniciou as atividades do Concílio com um discurso inicial que durou 37 minutos, e a partir daquelas palavras do pontífice ficou claro que a Igreja Católica iniciava um caminho de grandes transformações que não lhe permitiriam sair do Concílio com a mesma estrutura em que nele entrou. O Papa lançou três grandes e fundamentais pontos para orientar os trabalhos dos padres conciliares:

- A Igreja deve buscar novas palavras para anunciar a substância antiga da mensagem cristã ao homem moderno.
- Deve abrir-se ao tempo moderno e dialogar. Não deve constituir-se uma fortaleza fora do mundo, mas tornar-se uma cidade aberta a todo mundo.
- A Igreja deve superar as divisões e as incompreensões com os irmãos separados, ortodoxos, anglicanos ou luteranos. Deve buscar o que une e não o que separa.

No dia 13 de junho de 1963, o mundo recebe estupefocado a notícia da morte de João XXIII e com a morte do Papa temem que o Concílio seja interrompido, já que a Cúria Romana enfrentava grande resistência por parte de vários cardeais que se opunham ao Concílio.

Sendo eleito no dia 21 de junho de 1961 o Papa Paulo VI. O novo Papa precisou usar de toda a sua habilidade e experiência para conseguir levar adiante o Concílio e recuperar a sua credibilidade. A principal missão do novo Papa era reunificar os seguimentos da Igreja que naquele momento estavam faccionados em grupos distintos e antagônicos. De um lado os que assumiram uma atitude conservadora opondo as renovações do Concílio e de outro aqueles que eram favoráveis às mudanças.

Avançando sob o pontificado de Paulo VI o Concílio Vaticano II seguiu levando a Igreja para uma nova realidade. Nas suas últimas sessões o Concílio se ocupou de refletir sobre a Igreja no cenário do mundo moderno que apregoava o homem como centro de tudo. O Concílio Vaticano II é considerado uma renovação da Igreja Católica em fidelidade à sua identidade, à tradição e a sua missão no mundo e ao Evangelho.

O Concílio Vaticano II congregou 2.450 bispos de todo o mundo e foi presidido por dois Papas, João XXIII e Paulo VI que o concluiu em 1965. Alguns membros da Igreja não entenderam o Concílio, negando seus ensinamentos e sua adequada aplicação. Com o Concílio Vaticano II finalmente a Igreja inicia o diálogo com a cultura e a sociedade moderna.

3. Inter Mirifica

É nesse cenário de mudança que a Igreja aprova o decreto Inter Mirifica – Entre Maravilhas, o segundo dos dezesseis documentos publicados pelo Vaticano II, no dia 04 de dezembro de 1963, manifestando publicamente a aceitação dos meios de comunicação de massa.

Sendo que na primeira consulta geral sobre os assuntos que poderiam entrar na pauta do Concílio prestes a ser realizados, consulta feita pelo Papa João XXIII em junho de 1959, os meios de comunicação social nem sequer foram mencionados. Sendo que até março de 1960, das 9.348 propostas para o Concílio chegadas ao Vaticano de todo o mundo, apenas 18 se referiam aos meios de comunicação social. Foi feita de última hora uma proposta para a criação de um Secretariado para a Imprensa e o Espetáculo para a Comissão preparatória do Concílio para os meios modernos de apostolado. Originariamente criada para atender os jornalistas, esta Comissão foi oficialmente constituída no moto-

próprio Supremo Dei nutu em 5 de junho de 1960, acompanhada, logo em seguida, pela redação de um documento destinado a fazer parte do programa do Concílio Vaticano II.

A comissão, presidida pelo arcebispo Martin O' Connor e pelo monsenhor André M. Deskur, como secretário, começou a trabalhar em julho de 1960. Faziam parte dela também os membros e os consultores da então Comissão Pontifícia para o cinema educativo e religioso. Em 1961 a Comissão havia reunido um total de 46 membros e consultores vindos de 22 nações diversas. Entre novembro de 1960 a maio de 1962, durante várias sessões, a Comissão elaborou um esboço, composto de 114 artigos, sendo aprovado pela Comissão Preparatória Central do Concílio. Já em novembro de 1962, o documento foi debatido na primeira sessão do Concílio e o esquema, aprovado, mas o texto foi considerado muito vasto. O texto de 114 artigos foi reduzido para 24 artigos e submetido novamente à assembléia em novembro de 1963. A apuração dos votos registrou 1598 “sim” contra 503 “não”. Sendo que o Inter Mirifica foi o documento do Vaticano II aprovado com o maior número de votos contrários.

Sendo que isso se dá, segundo Puntel (2008) à publicação simultânea de várias críticas ao documento, feitas por jornalistas, algumas vezes teólogos, em diversos jornais influentes da Europa e dos Estados Unidos. Houve três correntes de crítica: uma francesa, outra americana e uma terceira alemã. A francesa se opunha ao esquema do decreto alegando, em diferentes versões, que o esquema carecia de conteúdo teológico, de profundidade filosófica e de fundamentação sociológica.

A segunda corrente, americana, afirmava que o documento não haveria de trazer mudanças significativas, uma vez que o texto “não continha posições inovadoras”. Dizia-se que o documento proclamava oficialmente “um conjunto de pontos previamente afirmados e pensados em nível mais informal”. A supressa dos jornalistas americanos de um modo geral foi com o artigo 12 do decreto, que trata da liberdade de imprensa. Decididos a fazer com que o documento não fosse aprovado, os jornalistas americanos elaboraram um folheto mimeografado, no qual o esquema era julgado como vago e trivial, falando de uma imprensa inexistente, vista apenas como uma exortação pastoral. Chegaram a alertar que o decreto, “assim como está agora” demonstrava à posterioridade a incapacidade do Concílio Vaticano II de enfrentar os problemas do mundo atual.

Já a oposição alemã, assinada por 97 padres de diferentes regiões, manifestou-se mediante uma carta dirigida a Décima Comissão Conciliar, responsável pela redação do documento, propondo um novo estudo e um novo esquema. O grupo alemão também

lançou uma circular, que foi distribuída na Praça São Pedro no Vaticano momentos antes da sessão conciliar. A circular se caracterizava pelo pedido aos bispos para optar pelo non placet (não satisfaz) porque o esquema era indigno de figurar entre os decretos conciliares, pois não refletia os anseios do povo e dos entendidos no assunto.

A manifestação pública dos jornalistas franceses, americanos e alemães teve forte influência sobre os bispos participantes do Concílio. Como já mencionamos, o Inter Mirifica foi aprovado com o maior número de votos negativos dado a um documento do Vaticano II.

Mesmo com essas diversas críticas o Inter Mirifica há aspectos e pontos positivos. Pois é a primeira vez na história da Igreja que um Concílio ecumênico discute sobre os meios de comunicação social, publicando um documento oficial. E isto se reveste de importância maior, considerando que o documento conciliar vai mais além do que uma encíclica ou declaração individual de um Papa.

Cria-se uma nova terminologia na expressão “comunicação social”. A comissão preparatória considerou que expressões como “técnicas de difusão”, “instrumentos audiovisuais”, “mass media” ou “comunicação de massa”, não exprimiam adequadamente as preocupações, os desejos e as perspectivas da Igreja. A comunicação não pode reduzir-se a simples instrumentos técnicos de transmissão, mas deve ser considerada como um processo entre os homens. A expressão proposta foi “instrumentos de comunicação social”, traduzindo a ideia da comunicação que acontece entre os seres humanos na sociedade contemporânea, permitindo ir além dos “mass media” (imprensa, rádio, televisão ou cinema).

O Inter Mirifica criou também o Dia Mundial da Comunicação, “dedicando a ensinar aos fieis seus deveres no que diz respeito aos meios de comunicação” (Art. 18). Aos fieis se pede que não somente rezem, mas contribuam financeiramente com as iniciativas da Igreja e respeitando este dia, comemorado anualmente desde 1967. As mensagens do Papa, escritas nessas ocasiões, são uma contribuição preciosa ao pensamento da Igreja sobre os vários aspectos da comunicação social. Desde 1968, em cada Dia Mundial foi abordado um tema especial. Na maioria dos países, este dia cai, em geral, no mês de maio, precisamente no domingo entre a Ascensão e Pentecostes.

O decreto conciliar propõe também a criação de um secretariado mundial especializado nos meios de comunicação social. Respondendo a esta proposta, Paulo VI criou em abril de 1964, moto-próprio *In fructibus multis*, uma Comissão (em 28 de junho de

1988 transformada em Conselho) para as Comunicações Sociais. Em 1971 esta comissão publicou uma instrução recomendada expressamente pelo Inter Mirifica “com a assessoria de peritos de várias nações” (Art. 23), a instrução Pastoral *Communio et Progressio*, que é considerada como uma contribuição do Concílio Vaticano II para a solução dos problemas criados pelos meios de comunicação social.

Outro aspecto positivo do Inter Mirifica é a importância atribuída à formação profissional do pessoal eclesial através de uma cuidadosa educação e o envolvimento de profissionais leigos de maneira a enfrentar adequadamente os desafios dos tempos modernos. (Art. 15-16).

Conclusão

O decreto conciliar Inter Mirifica foi o divisor de águas em relação à mídia, e não um fim a si mesmo. Foi a primeira vez que um Concílio ecumênico da Igreja abordou o assunto da comunicação, dando independência ao tema dentro da Igreja. Fazendo um grande avanço em relação aos documentos anteriores ao conferir à sociedade o direito à informação (Art. 5), à escolha livre e pessoal, em vez de censura e da proibição (Art. 9). Reconhecendo que é dever de todos contribuir para a formação das dignas opiniões públicas (Art. 8), o decreto assume os instrumentos de comunicação social como indispensáveis para a ação pastoral.

REFERÊNCIAS

DECRETO INTER MIRIFICA. **Concílio Vaticano II**. In: COMPÊNDIO DO VATICANO II. Petrópolis: Vozes, 1972.

JOÃO PAULO II, P. **Redemptoris Missio**. Vaticano, v. 1, n. 1, dez. 1990. Disponível em: <<http://www.vatican.va/>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

PUNTEL, Joana T. **Cultura Midiática e Igreja. Uma nova ambiência**. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. **Inter Mirifica. Texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2012.